

A PREMISSA DA GLOBALIZAÇÃO COMO FATO INCONTORNÁVEL NA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Guilherme José Santini¹

João Germano Rosinke²

Resumo

Publicada em 2010, a coletânea de textos *Relembrando o que Escrevi*, de Fernando Henrique Cardoso, permite uma avaliação mais abrangente de seu pensamento sociológico. Nossa hipótese é que uma leitura em retrospectiva da teoria do desenvolvimento econômico de FHC a partir dessa coletânea permite esclarecer alguns pressupostos fundamentais de sua teoria do desenvolvimento econômico, isto é, seu pano de fundo. O artigo que se segue, portanto, pretende explicitar alguns conceitos que formam esse pano de fundo, com atenção sobre uma premissa: o reconhecimento da interdependência econômica global no pós-1960 como um fato historicamente incontornável, que não deve ser interpretado, portanto, como objeto de questionamento prático pelo sociólogo ou pelo político.

Palavras-chave: FHC; Teoria do desenvolvimento econômico; Globalização.

LA PREMISA DE LA GLOBALIZACIÓN COMO HECHO INCONTORNABLE EN LA TEORÍA DEL DESARROLLO ECONÓMICO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Resumen

Publicada en 2010, la colección de textos *Relembrando o que Escrevi*, de Fernando Henrique Cardoso, permite una evaluación más amplia de su pensamiento sociológico. Nuestra hipótesis es que una lectura en retrospectiva de la teoría del desarrollo económico de FHC a partir de esa colección permite aclarar algunos presupuestos fundamentales de su teoría del desarrollo económico, es decir, su fondo conceptual. El artículo que sigue, por lo tanto, pretende explicitar algunos conceptos que forman ese fondo conceptual, con atención sobre una premisa: el reconocimiento de la interdependencia económica global en el post-1960 como un hecho históricamente inevitable, que no debe ser interpretado, por lo tanto, como objeto de cuestionamiento práctico por el sociólogo o por el político.

Palabras clave: FHC; Teoría del Desarrollo Económico; Globalización.

¹ Professor de Filosofia do Instituto Federal de Mato Grosso; Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Contato: santini_silva@hotmail.com

² Economista do Instituto Federal de Mato Grosso; Mestrando em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino do Instituto Federal de Mato Grosso.

Introdução

A partir do período em que o Brasil sofre uma transformação socioeconômica ao cabo da crise de 29 e, depois, da Segunda Guerra, resultou inevitável a colocação de novos problemas no debate público nacional. A motivação nacionalista, ânimo do debate público que antecedeu a Revolução de 30, por exemplo, bem como o assunto da posição econômica e geopolítica do país após a Segunda Guerra, formariam a pauta de um debate teórico e de um agendamento político articulada em torno a alguns problemas fundamentais, entre os quais o problema do desenvolvimento econômico enquanto fato histórico e estratégia política. Com efeito, não foram poucos os intelectuais e políticos que se debruçaram sobre este problema. Poder-se-ia citar, entre outros, nos primórdios desse debate, já como agendamento político, a contribuição de Roberto Simonsen, Roberto Campos, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, e, numa geração imediatamente posterior, José Serra, Luiz Gonzaga Belluzzo, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Fernando Henrique Cardoso.

Todos foram tributários, como assinala a Profa. Rosa Maria Vieira em sua tese de Doutorado sobre Celso Furtado, de uma tendência irreprimível, oriunda da geração que empreendeu a Revolução de 30, cuja meta era a reforma modernizadora das estruturas sócio-políticas do Estado brasileiro. De fato, algumas frentes de ação nos governos de Vargas corroboram a efetividade de semelhante tendência, quando, por exemplo, ocorre a criação, planejada pelo Estado, da profissionalização da alta burocracia, e de uma política industrial com atuação direta e indireta do Estado, que alavancou a burguesia nacional, notadamente a burguesia paulista. O mesmo seja dito dos anos JK e ainda dos anos que seguiram até meados dos anos 70, quando a modernização excede os limites de uma estratégia macroeconômica para alcançar uma densidade simbólica no imaginário da população. Nesse período houve uma abertura econômica mais intensa, ainda que forçada pelo contexto da Guerra Fria, que estimulou segmentos da elite nacional a desenhar uma estratégia de política externa independente, e também uma nova configuração socioeconômica do país, com urbanização pujante, grandes investimentos em infraestrutura, diversificação do parque industrial, o surgimento de uma nova classe média assalariada, e a formação de um mercado interno mais

forte. Não fogem à regra os setores sociais aliados no golpe de 64 e durante o regime militar.

Ao longo desse período que vai do início da Era Vargas ao início do regime militar, há também a inauguração de cursos universitários mais específicos no país, como Economia e Sociologia, sinal a um só tempo da ascensão de uma classe média assalariada, já descolada das atividades liberais tradicionais, da diversificação do setor produtivo associado ao fortalecimento do mercado interno, e de uma preocupação das elites nacionais com o desafio da modernização do perfil socioeconômico brasileiro.

Do ponto de vista ideológico, por sua vez, houve uma tendência de fundo que vai do Tenentismo inerente à Revolução de 30 à fundação da Nova República, voltado a problematizar os temas políticos brasileiros a partir de leituras histórico-econômicas do subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano, a partir de uma inspiração nacionalista. Prova da primazia dessa tendência sobre as divergências ideológicas no período mencionado, para ficar com apenas um exemplo, é o crescente da participação de economistas no debate público brasileiro, ainda quando os problemas estritamente econômicos não ocupavam o centro do debate, como se de fato o tema do desenvolvimento econômico houvesse se sobreposto aos temas de foro cultural e político, não na ordem de importância, mas como a chave de leitura primaz de todos os demais assuntos, ou seja, como a chave de leitura da realidade nacional.

Em qualquer estudo sobre teorias do desenvolvimento elaboradas no Brasil, cumpre considerar, portanto, esse contexto, notadamente quando constatamos que entre os principais personagens da política nacional contemporânea há estudiosos importantes do assunto, ou seja, que as estratégias de desenvolvimento econômico vigentes na atualidade são, em grande medida, afirmações consequentes de teses elaboradas num contexto histórico anterior fortemente influenciado pela tendência nacional-desenvolvimentista. Mas como este trabalho não é nem almeja ser uma análise abrangente de História das Ideias Econômicas no Brasil, seu propósito se resigna a explicitar uma das premissas metodológicas que fundamentam a tese de

apenas um ator desse contexto histórico intelectual, o sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

A interdependência como fato geopolítico incontornável na análise histórico-econômica de FHC

Para FHC, não muito distante, nesse ponto, do pensamento econômico da CEPAL, o subdesenvolvimento é um fenômeno histórico peculiar, que obedece a uma dinâmica macroeconômica resultante da internacionalização do sistema capitalista de produção. A história econômica da América Latina não é considerada uma repetição atrasada da história econômica da Europa; logo, as etapas de seu desenvolvimento não hão de seguir as mesmas etapas que se seguiram nos países europeus, nem tampouco os modelos adotados lá, de sorte que tampouco as estratégias de desenvolvimento que tiveram sucesso na história econômica do centro capitalista possam servir de paradigma universal.

O subdesenvolvimento é considerado por ele, em consonância com as lições da escola cepalina, como um fenômeno econômico específico que obedece a uma lógica própria. Ou seja, na interpretação elementar do fenômeno subdesenvolvimento latino-americano, não há divergências radicais com respeito a Prebisch e a Furtado. O ponto de divergência primaz é que para FHC a solução - logo, a estratégia - para reverter o subdesenvolvimento, isto é, para promover a modernização, qual seja, o desenvolvimento econômico, embora também possa exigir o planejamento e a intervenção estatais sobre o mercado, não deve romper os laços com o capital internacional, mas - totalmente ao contrário da tese de Furtado - se servir do sistema, aproveitamento os “fluxos” que a internacionalização do processo de industrialização disponibiliza para impulsionar a atividade industrial na periferia e promover a integração geopolítica como impulso para a adaptação da sociedade civil dos países dependentes, primeiramente de sua classe empresarial, às exigências da criatividade tecnológica e de uma cultura empreendedora entre as

elites nacionais - elemento sociopsicológico, digamos assim, sobre o qual FHC insiste de maneira particular³.

Ou seja, enquanto Furtado, por exemplo, presume ser a independência ou autonomia produtiva e financeira da indústria nacional, enquanto processo integral de articulação socioeconômica, uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país, para FHC a industrialização, todavia necessária, deve se servir da “associação dependente” com os fluxos de capitais do sistema capitalista internacional para promover, “de fora”, a modernização do país. A industrialização permanece uma exigência básica, tal como em Prebisch, inclusive; mas, se para Furtado é preciso promovê-la “de dentro”, pela ação direta do Estado, almejando a diversificação qualitativa da demanda interna com o propósito de reverter o vetor da demanda “para dentro”, promovendo a auto-moção do ciclo de produção e consumo, para FHC cumpre promovê-la “de fora”, aproveitando o fato da participação do Estado-Nação na cadeia produtiva internacionalizada e os fluxos de capital que essa integração mundial proporciona, não porque seja melhor, mas porque seja a solução a mais efetível.

Em suma, para FHC a meta da industrialização nacional independente é anacrônica no contexto histórico, incontornável, da interdependência econômica dos países e regiões, que devemos aceitar como um fato, a despeito de quaisquer juízos de valor filosoficamente pressupostos. Assim sendo, cumpriria aproveitar o que ele chama de um “desenvolvimento dependente associado”, porquanto associado às oportunidades oferecidas pela internacionalização da cadeia produtiva, tais como transferência de parque industrial para os países subdesenvolvidos por meio das multinacionais⁴ e disponibilidade ampla de capital financeiro⁵.

³ Nesse ponto, pode-se observar que enquanto em Furtado a perspectiva histórica seja primaz à análise rigorosamente econômica, como ele mesmo reconhecia, em FHC a análise psicológica seja uma etapa na avaliação socioeconômica tão indispensável quanto a histórica, talvez um resíduo da ascendência intelectual de Raymond Aron em sua formação.

⁴ O Brasil, em particular, sempre ofereceu atrativos excepcionais em prol da instalação imediata de multinacionais, considera FHC, em conversa com o Presidente de Portugal, Mário Soares, em virtude do tamanho de seu mercado interno. O fator “mercado interno” para Fernando Henrique seria primaz ao fator “mão de obra barata”; logo, diz ele, não há mais que se falar em “imperialismo” dos países desenvolvidos, enquanto estratégia de colonização por transferência da riqueza produzida “para fora”, pois a própria instalação das multinacionais costuma levar em conta a capacidade, no país

Essa “associação dependente” não é concebida - importante ressaltar - como finalidade em si, mas como a oportunidade, como dito, ainda que originalmente *extrínseca*, de dinamizar processos *intrínsecos*, porquanto sociopolíticos, nos países latino-americanos. Os resultados dessa associação resultariam na especialização da mão de obra, no fortalecimento consequente do mercado consumidor com diversificação da demanda interna, no fomento à mentalidade empreendedora da burguesia nacional, responsável pela inovação tecnológica interna⁶; isto é, na ocorrência de fatores socioculturais que possam servir de base para que depois, com o amparo regulador do Estado, o empresariado nacional, tendo aproveitado a associação com o capital internacional, complete o ciclo de desenvolvimento, cuidando do processo de aprimoramento técnico do setor de ponta, por exemplo.

O *desideratum* aparentemente contraditório da autonomia tecnológica apesar da “associação dependente”

A autonomia tecnológica, bem como, consequentemente, a autonomia financeira, são em FHC um *desideratum* identificado à penúltima etapa do desenvolvimento propriamente dito⁷; mas ele não prevê, ao contrário de Furtado,

sujeito à instalação, de consumo interno da produção, logo, de dinamismo institucional suficiente para promover mudanças estruturais subnacionais que num segundo momento possam promover autonomia tecnológica, por exemplo.

⁵ Muito embora o autor sugira, num discurso de 1995, que a integração geopolítica haveria proporcionado a expansão do modo de produção capitalista para a periferia subdesenvolvida do globo antes da ampliação do crédito às mesmas regiões, pois esta ampliação seria uma consequência da produtividade das multinacionais aproveitando-se do crescimento nos países periféricos de seus respectivos mercados internos. (Cf. CARDOSO, 1995, p. 151).

⁶ Voltamos a insistir nesse ponto, que a nós parece nevrálgico no pensamento de FHC sobre o desenvolvimento econômico latino-americano, conquanto seja de matéria aquém da própria Microeconomia, a saber, a mentalidade e o comportamento da classe empresarial. Ele diz, numa entrevista em 1990, que “*há categorias sociais específicas que cuidam do desenvolvimento: os empresários*”. (CARDOSO, 2010, p. 73). Mas ele mesmo detalhou antes ser preciso fomentar uma cultura de empreendedorismo junto ao empresariado nacional, para mitigar uma tendência tradicional sua, em associar o desenvolvimento ao lucro, esquecendo o elemento da inovação tecnológica, o fator criatividade; quer dizer, que não basta simplesmente forçar o mercado à livre-concorrência internacional. “[*O empresariado nacional*] *amortece o sentido da produção capitalista desenvolvida, pois mantém o objetivo do lucro sem relacioná-lo diretamente com o desenvolvimento da base técnica da produção, criando estímulos para o apego a práticas tradicionalistas e destorcendo as possibilidades reais de crescimento industrial*”. (CARDOSO *apud* ALMEIDA, 2009, p. 68).

⁷ Penúltima, porque tanto um quanto o outro afirmam não haver desenvolvimento pleno sem a impregnação de valores nos processos sociais, ou seja, inclusive políticos e econômicos. Diz FHC,

uma estratégia de atuação direta de um Estado desenvolvimentista, nem tampouco a imposição de barreiras protecionistas.

O principal ponto metodológico que ampara a teoria do subdesenvolvimento de FHC, em nossa interpretação, é a constatação de que a generalização mundial do sistema produtivo capitalista seja um fato, e que devemos nos resignar mediante o mesmo. Da aceitação desse fato, segue-se a exigência da abertura comercial, para promover rapidamente a industrialização, “de fora”, aproveitando as condições resultantes do fato da interdependência enquanto situação macroeconômica consequente à internacionalização do sistema capitalista do centro para a periferia mundial. Entretanto, essa integração associada que se aproveita de um desenvolvimento econômico inicial “de fora” não é a meta final - apenas o recurso médio, pois a autonomia permanece um *desideratum* necessário para completar o ciclo de desenvolvimento.

Assim, da primeira premissa metodológica segue-se a segunda, a saber: que a autonomia tecnológica, que ele entende como uma exigência para completar o ciclo do desenvolvimento, seja um conteúdo necessário do desenvolvimento econômico enquanto *desideratum* sociohistórico⁸.

A industrialização tardia da América Latina permitiu a produção e o consumo de bens com alto valor agregado, como automóveis. Porém, não houve o domínio de toda cadeia de produção, como o domínio da técnica de produção do aço no caso da indústria de automóveis. É um processo muito diferente daquele ocorrido na Europa, onde o salto para a produção de bens com alto valor agregado ocorreu a partir de um progresso simultâneo na técnica dos meios de produção. O resultado é que na América Latina há uma dependência específica com respeito aos países desenvolvidos: a dependência da tecnologia. Carros são produzidos, a demanda interna pode ser capaz de absorver tais produtos e promover a diversificação

em 1995, já Presidente: “Sabemos hoje, com clareza, que o progresso, o crescimento econômico, é insuficiente e vazio se não estiver orientado por valores, como o respeito aos direitos humanos, a ecologia, a melhor distribuição de riqueza”. (CARDOSO, 2010, p. 167).

⁸ Mas se o agendamento estratégico nacionalista se mantém na pauta estratégica de FHC - ao menos até assumir a Presidência da República -, não é segundo uma modalidade de estratégia geopolítica, mas de estratégia social, enquanto proposta inicial de integração dos setores sociais subnacionais segundo uma estratégia de modernização institucional democrática.

industrial; mas não há domínio da técnica que permite essa mesma produção, de tal modo que a região pode se modernizar rápida e amplamente, mas apenas acoplada aos países desenvolvidos. A América Latina dependeria dos países desenvolvidos para comprar a tecnologia necessária à produção industrial, e também para vender produtos básicos, a fim de obter saldo comercial suficiente para anular o *déficit* oriundo da importação de tecnologia. É um ciclo contínuo, a despeito da industrialização. A ultrapassagem desse ciclo de dependência, assim como em Furtado, não deixa de ser uma meta! No entanto, a estratégia de sua efetivação, diante do fato da internacionalização do capital, não prevê a ruptura com o sistema, mas o aproveitamento de suas oportunidades mais imediatas, como a procura das multinacionais por novos mercados de consumo e a oferta de capital a juros baixos, presumindo que formação de uma classe média assalariada articulada, de um proletariado organizado, da integração dessa sociedade no *mass media*, resultados coincidentes da industrialização acelerada por “associação dependente”, é mais eficiente do que a intervenção planejada, centralizadora e endógena do Estado na promoção do desenvolvimento e da autonomia técnica e financeira.

Esse nos parece ser o grande diferencial do pensamento de FHC sobre o desenvolvimento econômico: descrever em uma planificação econômica capitaneada pela burguesia nacional aliada ao Estado, ou melhor, em sua capacidade de inovação tecnológica diante dos desafios impostos pelo fato da internacionalização da cadeia produtiva e do fluxo de capitais, e assinalar a oportunidade de aproveitar o que seria chamado depois de “globalização” como instrumento de associação da burguesia industrial nacional à *cadeia produtiva e financeira* propagada do centro para a periferia como consequência natural da internacionalização da cadeia produtiva e do capital financeiro, para daí então pensar uma estratégia de desenvolvimento nacional na qual o Estado passa a ser o ator de uma atividade preponderantemente social ao invés de econômica. A estratégia de desenvolvimento por “associação dependente” nesse sentido seria então o diferencial de FHC, pois o mero reconhecimento da ascendência ou primazia de variáveis socioculturais sobre problemas micro e macroeconômicos, conquanto seja nele um diferencial importante, não é um privilégio seu, pois também é reconhecido por Furtado.

Entenda-se: FHC não supõe a crença no empresariado, qual seja, no mercado, como força suficiente: ela seria necessária, bem entendido, mas não suficiente. O Estado para ele deve regular, em alguma medida, as relações econômicas, notadamente para atenuar o processo de concentração de capital proveniente da associação da indústria nacional às multinacionais ou pela injeção direta de capitais, bem como para impedir a formação de oligopólios ou trustes. O Estado deveria cuidar, enfim, para que o desenvolvimento inicial permitido pela associação com a indústria e o capital estrangeiros, que poderia impor a desnacionalização tecnológica, seja aproveitado pelo Estado na forma de poupança interna, reduzindo a vulnerabilidade externa, e também como elemento de promoção social. Porque a expansão do mercado interno, em sua opinião, iria convergir de imediato para a integração de parte da população no consumo de bens duráveis, mas por outro lado acentuaria a exclusão de parte da população desse mesmo consumo, ou seja, aprofundaria a marginalização social.

O que vem a ser a interdependência: consequência do imperialismo econômico contra o qual se pode lutar ou da globalização como um fato historicamente incontornável?

O que FHC, nos anos 60 chama de “interdependência”, anos depois seria comumente chamado de “globalização”. Dado esse *fato*, seria preciso reconhecer, diz FHC, que a oportunidade de captação de recursos financeiros oferecida por ele favorece uma diversificação imediata do mercado interno nos países subdesenvolvidos e a modernização de seu parque industrial, sem a necessidade de onerar diretamente o Estado, e viabilizando não somente a modernização do parque industrial, mas as dinâmicas sociais. Dito de outro modo, ainda que esses recursos provenham de um sistema que gera a dependência - FHC não deixa de reconhecê-lo - e que a disposição desses recursos por meio da estratégia da associação dependente ao capital internacional resulte imediatamente na concentração de renda e na marginalização de setores sociais, desde que essa interdependência global seja um *fato*, e não um *valor* sujeito a juízos morais, cumpre aceitá-lo como tal e aproveitar-se da dinâmica que seu sistema proporciona, para depois, num

segundo momento, criar as condições para uma autonomia tecnológica e financeira – mas jamais geopolítica, jamais para uma ruptura com o centro capitalista.

Uma exigência para compreender melhor por que FHC considera a interdependência um fato que não está sujeito a juízos de valor - e, conseqüentemente, a qualquer “luta” política - é debruçar-se sobre a diferença que ele assinala entre a etapa da história econômica a partir dos anos 50 e as etapas anteriores marcadas pela colonização dos países periféricos com o emprego exaustivo de estratégias de dominação imperialista, isto é, cumpre compreender por que a internacionalização do capital não é considerada por ele uma ampliação em escala mundial de estruturas de dominação burguesa pelos países do centro capitalista.

A partir do pós-guerra, segundo FHC, teria se desenvolvido uma nova etapa econômica. Isso é realmente um fato histórico evidente: houve uma difusão intensiva do sistema capitalista para além das fronteiras do Ocidente, fenômeno que culminou, inclusive, na migração do campo para as cidades, mesmo naqueles países ainda dependentes da matriz agrícola, como os países latino-americanos. Acontece que, para ele, a nova situação de dependência tem uma peculiaridade estrutural: ao invés da subordinação anterior entre periferia e centro que levava à deterioração dos termos de troca em desfavor progresso dos países periféricos exportadores de bens primários, a nova situação de subordinação permite uma transferência do centro para a periferia não apenas de capitais, mas de uma estrutura produtiva, suficiente para modificar o modelo social dos países subdesenvolvidos, em prol daquela dinamização sociopolítica que ele crê fundamental para haver uma minimização do modelo social tipicamente colonial. Por isso, a nova etapa do sistema capitalista elevado ao estatuto de nova ordem geopolítica não poderia ser considerada uma forma de colonização apenas mais complexa do que a anterior, pois seus efeitos econômicos seriam capazes de modificar as estruturas subnacionais dos países recentemente integrados a essa nova ordem econômica, no sentido de uma dinamização das classes sociais seguindo o modelo das sociedades industriais dos países do centro, capitalistas e

democráticos. Essa integração, afinal, é o que ele chama, junto com Faletto, de “desenvolvimento associado”⁹.

Não haveria meramente exploração da periferia pelo centro nessa nova fase de internacionalização do capital, como na lógica econômica do colonialismo imperialista: com a integração dos países subdesenvolvidos ao sistema capitalista internacionalizado haveria já o início da transferência da estrutura do modelo de produção industrial para os países periféricos e a configuração de uma nova modalidade de dependência na qual o desenvolvimento industrial destes países se torna uma meta dos países do centro, em busca de aproveitamento do progresso tecnológico, tanto quanto em busca de lucros financeiros. Não se trataria mais de uma relação dual entre termos de troca. No momento histórico em que *Dependencia y Desarrollo* é redigido, já existiria a disponibilidade de investimentos diretos suficientes para permitir nos países dependentes a ocorrência de fatores meta-econômicos novos que condicionam os processos julgados indispensáveis para a ocorrência do desenvolvimento. Criar-se-ia, do fato geopolítico da globalização - embora este termo tenha sido cunhado apenas posteriormente - uma plataforma social, política e cultural nos países dependentes para que desta plataforma pudesse resultar, num segundo momento, a autonomia tecnológica e financeira promovida por uma burguesia industrial já apta ao regime de livre-concorrência, desde o seio de uma sociedade democrática capaz de exercer influência sobre as ações do Estado e as estratégias da elite burocrática. Daí que a formulação de juízos de valor sobre essa relação de dependência seja considerada dispensável¹⁰; pois a finalidade para a qual concorreria essa nova situação - a formação de uma cultura verdadeiramente capitalista, a partir de uma nova dinâmica social - parece

⁹ Tese cuja motivação, segundo FHC, se deveu a uma tentativa de demonstrar a possibilidade de vias de desenvolvimento econômico para a América Latina sem anuir às teorias e estratégias marxistas que presumiam ser a quebra com o sistema produtivo internacional, a ruptura com o eixo econômico capitalista, a condição necessária para extrapolar a situação de dependência econômica. (Cf. CARDOSO, 2010, p. 135).

¹⁰ FHC defende isso no já mencionado diálogo com o Presidente de Portugal Mário Soares, quando já era Presidente do Brasil. Diz ele, numa acusação aos teóricos que Mário Soares chama de “progressistas”: “Até agora não perceberam [que a globalização seja inevitável]. Achem que o governo, e eu em especial, queremos a globalização e eles não querem. Não percebem que a globalização não é um valor, é um processo que poderá ter efeitos mais negativos ou mais positivos, dependendo da nossa capacidade de reação. Continuam achando que se poderia evitar a globalização. Ora, evitar a globalização significaria voltar a uma economia autárquica, o que hoje é impensável, completamente impensável”. (CARDOSO, 2010, p. 134).

ser uma condição necessária, no pensamento de FHC, para haver desenvolvimento econômico.

Considerações finais

Dado o fato da internacionalização da cadeia produtiva e do fluxo de capitais, ocorre uma disputa em escala global por mercados e capital. A dependência da periferia em relação ao centro, ou seja, dos países subdesenvolvidos com respeito ao mercado dos países desenvolvidos foi uma etapa na história econômica mundial que pode ser chamada de imperialista, mas que já não serve como teoria das novas relações econômicas internacionais, tampouco a uma nova “teoria da dependência”. O fato mencionado não geraria, na avaliação de Fernando Henrique Cardoso, a radicalização da exploração, mas a interdependência entre as regiões do globo, pois o interesse das multinacionais, eixo dinâmico da internacionalização da cadeia produtiva, diz mais respeito às oportunidades de lucro em virtude dos mercados internos dos países ainda não integrados, do que propriamente aos baixos salários e eventuais desonerações fiscais. Ou seja, a internacionalização da cadeia produtiva geraria forçosamente uma imbricação entre todos no processo de produção capitalista, onde inclusive bens com alto valor agregado são produzidos em países subdesenvolvidos.

A teoria do desenvolvimento haveria de extrapolar, assim, em busca de recursos de explicitação da nova etapa histórico econômica, o ponto de vista estritamente econômico, avançando para perspectivas sociológicas e geopolíticas.

Do ponto de vista estratégico, em torno ao problema da autonomia nacional diante do fato da globalização, o desafio para o desenvolvimento completo dos países subdesenvolvidos estaria em que a integração dos países da periferia ao sistema produtivo internacional conduz à instalação nestes países de um parque industrial voltado à produção de bens de consumo duráveis; e como estes países não tiveram condições de desenvolver a tecnologia suficiente para essa mesma produção, esta continuaria a ser exportada. Donde a exigência de que essa mesma integração econômica seja por associação da burguesia nacional ao capital

internacional, a fim de que esta possa conduzir num segundo momento à superação dessa defasagem entre a linha de frente da produção e as bases técnicas e de gestão, isto é, à autonomia tecnológica. O engajamento da burguesia industrial nacional é considerado uma etapa indispensável para completar o ciclo interno de desenvolvimento, tanto quanto a atuação social do Estado como eixo catalizador dos processos sociais, inclusive para contingenciar a ação das multinacionais¹¹. Já com respeito à autonomia financeira, como FHC reconhece mais tarde, em 1995, esta seria uma etapa bem mais problemática.

Finalmente, cumpre encerrar assinalando que essa premissa da análise histórico-econômica de FHC sobre o desenvolvimento econômico latino-americano, da qual resultará uma estratégia geopolítica e macroeconômica, ela nos parece crucial para compreender em que a tese e a estratégia de FHC se sustentam metodologicamente. É a partir da premissa da interdependência ou globalização como fato incontornável que ele se distanciará de quaisquer interpretações marxistas e suas eventuais afirmações consequentes na estratégia econômica e política para se aproximar de um liberalismo econômico, isto é, da aceitação da primazia das forças do mercado, isto é, das multinacionais e dos bancos privados de financiamento, sobre o planejamento das elites burocráticas na gestão dos Estados-Nação, evitando quaisquer juízos de valor a respeito em nome de uma resignação às condições fáticas do momento presente na História Econômica.

A resignação ao mercado seria, no contexto da globalização, uma exigência lógica em virtude de uma situação de fato, mais do que uma escolha entre outras. Resignação delimitada, no entanto, pelo *desideratum* da autonomia tecnológica e financeira. Ou seja, aproximação de um liberalismo econômico, em virtude da premissa da interdependência econômica global como fato incontornável, mas de um liberalismo todavia mitigado, devido ao reconhecimento da necessidade posterior

¹¹ Eis um trecho digno de nota a esse respeito, de 1972, que sugere, por assim dizer, a vacilação do autor entre adesão à economia de mercado e a concessão teórica a premissas desenvolvimentistas, ambiguidade que foi se dissolvendo com o passar do tempo em prol do liberalismo: “*É preciso que a Nação se veja representada no Estado e sinta as decisões deste como expressão de vontade coletiva, embora, de fato, o Estado continue a ser, nas resoluções fundamentais, instrumento da prosperidade dos capitalistas*”. (CARDOSO *apud* GUARALDO, 2012, p. 5).

da autonomia tecnológica e financeira como condição imprescindível à integração do Brasil ao eixo econômico internacional.

Referências

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **A Teoria da Dependência Trinta Anos Depois**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 1998. (comunicação oral). Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/1998/684-Teoria_dependencia_30_Anos_depois-IEA.98.pdf. Acesso em 29 Jan. 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Relembrando o que Escrevi: da reconquista da democracia aos desafios globais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 4 (60), Out-Dez 1995, p. 148-155.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

GUARALDO, Paula. **Burguesia Industrial e Política: engajamento e ações dos empreendedores nas economias subdesenvolvidas**. 3º SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFSCAR, 2012, São Carlos.

LIMONGI, Fernando de M. P.. Fernando Henrique Cardoso: teoria da dependência e transição democrática. **Novos Estudos – CEBRAP**, n. 94, 2012, p. 187-197.

MANTEGA, Guido; REGO, Márcio José. **Desenvolvimento, Subdesenvolvimento: breves registros sobre a teoria da dependência e considerações sobre “precursores”**. Núcleo de Pesquisas e Publicações (NPP) da FGV São Paulo: 2002.

SMANIOTTO, Edgar Indalecio. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: uma obra e dois presidentes. **Revista HISTEDBR**, n. 22, Jun 2006, p. 205-208.

VIEIRA, Rosa Maria. **Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)**. São Paulo: EDUC, 2007.

Recebido em março de 2019.

Publicado em julho de 2019.